

## **DECRETO N.º 1.625/2013**

**DE 02 DE JANEIRO DE 2013.**

**DISPÕE SOBRE A DECRETAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE COQUEIRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE COQUEIRAL, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ARTIGO 71, INCISO XXXIX, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E AINDA COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 136 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;**

**CONSIDERANDO** a situação de total descontrole administrativo decorrente da gestão municipal anterior;

**CONSIDERANDO** a inexistência de documentos administrativos na sede da Prefeitura Municipal que indiquem a real situação dos procedimentos de licitação e dos atos administrativos praticados pela administração anterior;

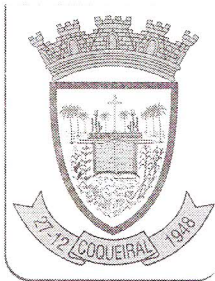
**CONSIDERANDO** que o Gestor Municipal anterior não disponibilizou as informações necessárias e impediu o normal processo de transição, impossibilitando o conhecimento da realidade administrativa do Município;

**CONSIDERANDO** a necessidade de realização de atos de gestão administrativa de natureza urgente, visando à continuidade dos serviços essenciais à população, tais como prestação de serviços médicos, de limpeza, educação, infraestrutura básica e de funcionamento da máquina administrativa;

**DECRETA:**

**Art. 1.º** Fica decretado o ESTADO DE EMERGÊNCIA financeira e administrativa no Município de Coqueiral, a contar da publicação do presente decreto, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

*A*



# Prefeitura Municipal de **COQUEIRAL MG**

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
COQUEIRAL  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.239.624/0001-21

**ADMINISTRAÇÃO 2013 | 2016 UNIÃO RESPEITO TRABALHO**

Rua Minas Gerais, 62 – Vila Sônia - CEP: 37235-000 - Telefax: 35 3855 1166 - Telefone: 35 3855 1162 - E-mail: secgeral@coqueiral.mg.gov.br

**Art. 2.º** Durante o período de EMERGÊNCIA fica vedada a realização de quaisquer despesas no âmbito do Poder Executivo sem a expressa autorização do Prefeito Municipal.

**Art. 3.º** Durante o período máximo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação do presente decreto, ficam suspensos todos os pagamentos de empenhos advindos do exercício anterior, excetuando-se a folha de pagamento de pessoal, encargos sociais e repasses, com vistas a analisar individualmente os efetivos cumprimentos dos objetos dos contratos administrativos firmados pela gestão anterior, bem como a regularidade da constituição das referidas despesas.

**Art. 4.º** Fica autorizada a administração Pública Municipal, por força do artigo 24, inciso IV, da Lei 8666/93, a contratar serviços e adquirir materiais necessários à execução dos atos de gestão administrativos essenciais, bem como ao funcionamento dos serviços de saúde, educação, saneamento e infraestrutura básica, sem a necessidade de certame licitatório, uma vez constatada a indispensabilidade da contratação.

**Art. 5.º** Durante a vigência do ESTADO DE EMERGÊNCIA serão realizados os devidos processos de licitação, bem como analisadas as dispensas e inexigibilidades, para as compras e serviços futuros.

**Art. 6.º** Fica autorizada a contratação, em estado de urgência, de assessoria jurídica e contábil, através de pessoa jurídica ou física, para fins de avaliar os atos necessários para a regularização da atividade administrativa Municipal e auxiliar os gestores municipais na consecução deste propósito.

**Art. 7.º** O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Coqueiral, 02 de janeiro de 2013.

**ARNALDO LEMOS FIGUEIREDO**

Prefeito Municipal